

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE IJUÍ

PROPOSTA PRELIMINAR - 2007

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A presente proposta articula um conjunto de sugestões, cenários e arranjos institucionais e sociais, visando contribuir com a implementação de uma Política ambiental para o município, com o desafio de identificar cenários para um “Plano Emergencial de gerenciamento dos resíduos sólidos” urbanos e rurais, no âmbito do município. Embora se esteja tratando de uma situação emergencial, consequência da forma inadequada com que se cuidou dos resíduos sólidos até hoje em Ijuí, entendemos que é insuficiente e inadequado sugerir um Plano de trabalho somente destinado ao tratamento dos resíduos sólidos, pois se trata da compreensão ambiental dos cidadãos e do comportamento decorrente. Portanto é fundamental estruturar uma proposta que contemple:

- 1 - dimensões da educação ambiental;
- 2 - campanha pela redução da produção de resíduos;
- 3 - Plano de destinação adequada dos resíduos produzidos, mediante plano de coleta seletiva;

1 – CRIAR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE

a) Definir uma temática geral que dê significado e motive a comunidade em torno do tema específico do meio ambiente (ex: cidade limpa, tudo limpo, limpando a casa e a cidade...)

b) Conectar esta temática local com ações da sociedade Brasileira e Mundial (Agenda 21, Responsabilidade sociambiental, Educação Ambiental, Sociedade & natureza, Cidade sustentável...) É importante que as ações sejam parte de um todo, e este todo precisa apontar respostas para **“Qual a cidade que queremos?”**

c) Sensibilização interna – definição de que esta é uma Política Municipal e por isso perpassa todas as secretarias, sendo algumas com ação direta. Como atividade interna propõe-se realizar um seminário de gestão para que seja consolidada e assumida por toda a Administração Municipal como política pública para o Município de Ijuí;

d) Sensibilização da Comunidade – Reuniões, audiências, eventos, campanhas, ações com as escolas, igrejas, nos bairros, no comércio, clubes, e nos mais diversos seguimentos da sociedade, para sensibilização e mobilização da comunidade. A decisão precisa ser permanentemente legitimada e clareada com a comunidade e este tipo de compromisso somente existirá se as pessoas forem chamadas para participar diretamente das decisões e compreenderem a importância dessas mudanças de comportamento e atitudes para como o meio ambiente.

Estabelecer uma relação de compromissos com uma nova relação com o meio ambiente. Superar as avaliações catastrofistas significa ser propositivo nos mais diferentes campos dos conflitos socioambientais de Ijuí, como, lixo, esgoto sanitário, matas ciliares, APAs – Áreas de Preservação Ambiental, ...

e) Dar visibilidade - Elaborar Materiais Educativos, cartaz, folder, adesivos, distribuindo nas escolas, jornais, rádios, casas, carros...

2 – PLANO EMERGENCIAL:

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Considerando a urgência do Município em dar destinação adequada ao lixo, passamos a elencar algumas sugestões de ações que entendemos responder rapidamente as necessidades ao mesmo tempo que respeita o trabalho já existente, tanto da Administração Municipal, quanto comunidade, catadores, compradores, buscando valorizar cada um dos atores hoje envolvidos.

2.1 RECONSTRUIR A MEMÓRIA DO QUE JÁ SE FEZ E FAZ EM IJUÍ

2.1.1 Levantamento do que já se fez em Ijuí;

2.1.2 Identificação e mobilização dos atores já envolvidos em atividades de coleta, seleção, transportes, destinação de resíduos sólidos;

2.1.3 Verificar as condições de trabalho e renda dos catadores e recicladores, associados ou não e dos trabalhadores empregados, formais ou informais, das empresas de reciclagem;

2.1.4 Diagnóstico dos canais externos ao município de comercialização dos materiais recicláveis;

2.1.5 Diagnóstico do sistema de seleção e transformação dos materiais recicláveis, existentes no município;

2.2 DIAGNÓSTICO DOS QUANTITATIVOS

2.1 Elaborar um estudo do mercado da reciclagem em Ijuí e região, e dos principais mercados no estado e país, que possa subsidiar o desenvolvimento dos empreendimentos associativos;

a) Caracterização do Município - caracterizar e quantificar os lixos por espécies;

b) Caracterização do sistema de limpeza urbana – entender o modelo atual de limpeza e cuidados da cidade para que se possa potencializar o que está andando bem e propor outras ações nos campos considerados mais críticos.

3 – ANÁLISE DOS CENÁRIOS DE TRABALHO;

3.1 O que já se fez e faz e se pretende manter? (catadores que já atuam, empresa contratada/licitada???)

3.2 O que mais se pretende alcançar? Definir cenários, (quantos mais melhor) exposição de fotos, concurso de redação, poesia...

3.3 Propor capacitação, treinamento para as pessoas que vão atuar no processo, desde catadores até compradores...

3.4 Para os catadores prover que tenham condições de trabalho seguras, dignas, com retorno mínimo.

4 - ESTRUTURAÇÃO DO PLANO TÉCNICO OPERACIONAL – ÀREA PILOTO

4.1 Estabelecer uma campanha intensa de

RRR – Reduzir/Reutilizar/Reciclar

4.1.1 – Oficinas de Compostagem e vermicompostagem – Intensificar campanha de aproveitamento de resíduos úmidos, nos domicílios, empresas, escolas, condomínios, que possam ser Recicladas, Embalagens de uso permanente,

4.1.2 – Implementar estudos locais para destinação adequada de lixos diferenciados como computadores, TV, fogão, geladeira, equipamentos de

som,...Ex: reutilizar caixa do computador para adaptar um modelo de "papapilhas"...

4.2 COLETA SELETIVA – LIXO QUE NÃO É LIXO

Propomos iniciar o processo de separação e coleta em uma área menor (centro e mais um ou dois bairros – sugestão Modelo e São Geraldo e condomínios) como experimentação da capacidade efetiva de organização e trabalho, período delimitado em torno de 60 dias.

Porque os locais?

Centro reúne o maior percentual de lixo reciclável, **São Geraldo** é bem delimitado e reúne moradores de grau de escolaridade e informação e tem boa capacidade de mobilização; **Modelo** por ser de boa organização e delimitação territorial, possibilitando avaliação da implantação. **Condomínios (conjuntos residenciais)** – São espaços de privilegiada organização e facilita a destinação adequada dos resíduos conforme proposta. (Tarumã, Três Figueiras, Fricke, Burtet, Guarujá,...)

Mapa anexo

Nesta etapa também se saberá da capacidade dos locais de seleção e prensagem dos materiais que estão disponíveis.

- 4.2.1 Esclarecer com cartazes, folder (casa em casa), adesivos boletins, rádios e jornais, etc...
- 4.2.2 Separar **Lixo que não é lixo** que será coletado duas vezes na semana. Nestes dias somente se coleta **Lixo que não é lixo**.
- 4.2.3 O morador coloca na rua, a Prefeitura ou empresa recolhe e destina para AMIGOS DO PAPEL, ACATA, "GRUPO DO LIXÃO", outros se houver..., catadores avulsos/independentes. Pode-se manter coleta com carrinheiros, desde que de forma organizada – credenciar. Se for realizada por carrinheiros, disponibilizar um local central para reunir o material e transportar até os centros de separação.
- 4.2.4 Estas associações separam, prensam, organizam, vendem...
(DISPONIBILIZAR UMA PRENSA PARA CADA LOCAL DE SELEÇÃO DO LIXO – RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA)
- 4.2.5 Gerar outros espaços físicos - prédios descentralizados nas diferentes regiões e ou bairros para facilitar o transporte e seleção dos materiais em estruturas menores. Isso facilita a gestão de pessoas e de materiais. Galpão de triagem.
- 4.2.6 Após a recolha do "LIXO QUE NÃO É LIXO", distribuir de forma equânime entre os grupos de trabalho, para que tenham um retorno financeiro proporcional.

4.2.7 Estabelecer formas de compra diferenciada – pagar mais – para a coleta realizada através de associações de catadores, como estímulo à associação e melhoria do ganho de cada um. Poder Público complementa via associações, incluindo-os nos programas sociais. Apoiar os processos de comercialização – relação com os compradores de papel.

4.2.8 Disponibilizar para os grupos de catadores organizados, uma prensa para qualificar a atividade. Essa etapa proporciona melhor retorno nas vendas.

4.2.9 Licenciamento de um aterro sanitário: Novo espaço licenciado para destinação dos resíduos orgânicos e indiferenciados - rejeito. Em prazo curto (até 18 meses) escolha do local, estruturação do projeto e licenciamento ambiental nos órgãos competentes.

4.2.9 Complementar os pagamentos dos envolvidos, com inclusão em programas sociais e se for o caso com repasse de dinheiro.

5 – AMPLIAR AÇÕES EXISTENTES COMO:

5.1 EDUCACIONAL - Produzir um folheto, um adesivo para colar em casa explicando o que se coloca no “LIXO QUE NÃO É LIXO”

5.2 OPERACIONAL

- **PILHAS, LÂMPADAS, BATERIAS, PNEUS:**

Definição de modelo de “contêiner”, “PAPALIXO” locais de recebimento – articular com ACI – recolhimento feito pela Prefeitura que dará destinação adequada. Sugestão de depósito no prédio “CEASA” e posterior destino final.

- CAPACITAÇÃO DOS CATADORES E DEMAIS ENVOLVIDOS
- Acrescentar contribuição da Noele
- OFICINAS TÉCNICAS: Compostagem, Segurança do trabalho, separação dos materiais, operação de processos seletivos de materiais, destino adequado dos materiais.

Disponibilizar estruturas coletivas – equipamentos de coleta de lixos. Ex: “PAPALIXO”, pilhas, vidros, lâmpadas e outros. Disponibilizar em lugares públicos e de

maior circulação, estimulando a separação do lixo. Envolver Escolas, Sindicatos, Igrejas, Supermercados, Hospitais, Postos de gasolina...

(sugestão do modelo foto anexa)

A recolha periódica deste material será de responsabilidade da Prefeitura

- a) Pneus
- b) Lâmpadas
- c) Agrotóxico
- d) Vidros
- e) Resíduos de construção civil
- f) Resíduos de podas de árvores
- g) Hospitalar

OBS: em cada um desses tipos de lixos deverão ser elaboradas formas adequadas dependendo de seu grau de risco e dificuldades de manuseio.

Para isso precisamos saber em cada uma das espécies de lixos, respostas as perguntas básicas do planejamento estratégico:

- 1 - O que se quer fazer?
- 2 - Onde?
- 3 - Como se fará?
- 4 - Quem fará?
- 5 - Com que? Recursos financeiros, humanos e materiais...
- 6 - Quanto se quer alcançar?
- 7 - Por que

Em relação ao que fazer → que a resolução (anexo) deve ser seguida, divulgar para a população o que a legislação diz e também sensibilizar os comerciantes desses produtos para que cumpram a lei e façam a sua parte. Grande parte do resíduo perigoso (pilhas e baterias em especial) vem do Paraguai e não se enquadram na resolução, pois não são fabricadas aqui e não passam por um controle de qualidade e nem fiscalização. Essas deverão ter um recolhimento igualmente adequado, por isso devem existir postos de recolhimento.

6 - Criar espaço permanente de Coordenação da gestão e de monitoramento -
Fiscalização e controle do Ministério Público e demais atores

7 - Ampliar as ações nas demais áreas ambientais desenvolvendo AGENDA 21 LOCAL

A **INCUBADORA** de Economia Solidária da UNIJUÍ está propondo que, no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos,

-

- No ponto **3) ANÁLISE DOS CENÁRIOS DE TRABALHO** acrescenta-se:

- c) Há uma demanda urgente de capacitação para formação de associações habilitadas e capacitadas para receber o material da coleta seletiva;
- d) Há uma demanda urgente de capacitação de gestores para acompanhar e assessorar as associações;
- e) Necessidade urgente de uma política de apoio à transformação local e comercialização dos produtos recicláveis.

No que diz respeito aos pontos C) e D) pensamos que devem entrar no plano operacional, com o seguinte título: Apoio à organização, gestão e melhoria das associações de sepadores e recicladores.

5 - APOIO A ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MELHORIA DAS ASSOCIAÇÕES DE SEPADORES E RECICLADORES.

5.1 Organização dos catadores;

- 5.1.1 Elaborar um diagnóstico sócio-econômico-participativo (pontos fortes e pontos fracos) das associações atuantes no município;
- 5.1.2 Assessorar os catadores que desejarem formar ou consolidar suas associações para receber o material da coleta seletiva.

5.2 Assessoria às associações;

- 5.2.2 Realizar um curso de gestão, focado na realidade dos empreendimentos, voltado às diretorias e conselhos fiscais;
- 5.2.3 Realizar cursos de formação sócio-ambiental para o conjunto dos associados;
- 5.2.4 Auxiliar na implementação e monitoramento de processos de gestão mais eficientes das Associações;
- 5.2.5 Qualificar tecnicamente os catadores na atividade de seleção;
- 5.2.6 Elaborar um planejamento estratégico e participativo das Associações;
- 5.2.7 Iniciar a implementação do Planejamento;

5.3 Melhoria das condições de trabalho e renda.

- 5.3.1 Diagnosticar a situação sócio-econômica das famílias envolvidas, em vista de encaminhamentos para programas públicos, como EJA, INTEGRAR, Bolsa Família, e outros.
- 5.3.2 Elaborar projetos para financiar aumento e melhoria da infra-estrutura física e material das associações;
- 5.3.3 Buscar novos mercados, tanto para coleta como para comercialização dos materiais recicláveis;
- 5.3.4 Melhorar as condições de trabalho, segurança e renda dos associados.
- 5.3.5 Assegurar uma renda mínima aos associados pelo serviço ambiental prestado à comunidade.

Contribuição nesta proposta:

IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

AIPAN – Associação Ijuense de Proteção ao Ambiente Natural

CONSEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

Grupo de Estudos do Meio Ambiente da UNIJUI